

## ENCANTANDO: EDUCAÇÃO MUSICAL E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

*Ana Maria Mantovani Pedro Liske  
Edson Américo Carneiro  
Elizabeth da Silva Galastri  
Fernanda Cristina Trinca Suyama  
Fernanda Sifuentes Pinheiro Leitão  
Gisele Luzia Matavelli Gigante  
Gisele Madalena Francisco  
Marcela Fernanda Gonçalves  
Pressley Kerller Mendes Tartarotti Gomes*

Prefeitura Municipal de Jundiá  
edmusjundiai@outlook.com

**Resumo:** Este relato de experiência tenta contribuir para o contexto da Educação Musical brasileira, apresentando uma discussão sobre o ensino musical nas escolas e formação continuada em serviço. O texto expõe possibilidades de trabalho e uma discussão teórica sobre os fundamentos de uma Educação Musical que prioriza o desenvolvimento integral da criança, se preocupa com a ampliação de seu repertório e esteja integrado com seu contexto sócio-cultural, por considerá-la autora de sua própria construção de conhecimento. Traz também os percalços e conquistas de uma equipe de professores-orientadores de uma Secretaria Municipal de Ensino, seus caminhos trilhados e desafios propostos quanto à formação de professores polivalentes para o ensino da música em sala de aula do Ensino Fundamental I. Tem como objetivo proporcionar a estruturação de uma formação continuada com diferentes formas de intervenção, pensando nas necessidades reais do professor e da unidade escolar em que está inserido. Esse projeto ainda está em andamento e já colhe conquistas e positivas avaliações de como a música pode ser trabalhada na escola de forma interdisciplinar, provocando no aluno, por meio de propostas lúdicas, o prazer de fazer música, além de habilidades de improvisar, apreciar e criar, sempre amparado por uma metodologia ativa de aprendizagem.

**Palavras Chave:** Educação Musical, Formação Continuada, Metodologia Ativa.

## Introdução

O presente estudo visa dialogar sobre aspectos fundamentais da Educação Musical no Brasil, que influenciaram o trabalho de formação continuada em determinado município do Estado de São Paulo, favorecendo a musicalização de alunos e professores da rede, resgatando tal saber, bem como construindo novos no sistema educacional de ensino.

Para Brito (2003) a linguagem musical é interpretada de acordo com as concepções estéticas, valores, maneiras de pensar vigentes, que influenciam na configuração (ou não) da música na escola, pois esta foi (e ainda é) fortemente determinada pelos contextos sócio-políticos, que refletem diretamente na organização e paradigmas educacionais.

Um exemplo foi a prática do canto orfeônico desenvolvido em meados de 1930, tendo a frente o maestro Heitor Villa Lobos, que segundo Fernandes (2009) estabelecia conexão com os propósitos do governo de Getúlio Vargas, objetivando desenvolver o civismo, a educação artística e essencialmente a disciplina, caracterizando o maior movimento de educação musical de massas do Brasil. A autora comenta que a prática sofreu um esvaziamento de seu potencial problematizador, tornando o ensino de música um instrumento de controle. Segundo Figueiredo (2005), apesar destes propósitos disciplinadores, o canto orfeônico fez a música se manter viva nas escolas, porém com o término do Estado Novo ele foi se extinguindo.

Em 1961, a educação musical chegou a conquistar uma disciplina no currículo escolar através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 4024/61), conquista passageira, pois em 1971, a legislação passou por uma reestruturação e Música se tornou um dos eixos de Arte, fato que provocou um “silenciamento” do trabalho de musicalização nas escolas, pois os professores polivalentes e de Arte não possuíam formação para desenvolver tal conhecimento (HENRIQUES, 2013).

Com o tempo, a música como área de conhecimento foi suprimida, servindo diversas vezes apenas como apoio didático e para organizar rotinas, instituindo-se as *musiquinhas de controle*, como cita Fernandes (2009). E mais uma vez foi utilizada para disciplinar, deixando de lado um fazer musical criativo, autônomo, bem como os

conhecimentos específicos da área. Atualmente, ainda se encontram propostas com essa configuração: a educação musical com objetivos disciplinadores, esvaziada de problematização e capacidade criativa.

Tem a ver com uma pedagogia diretiva, empirista. O não exercício da criatividade acarreta a falta de autonomia, a impossibilidade de reflexão em situações de resolução de problemas, não somente musicais, mas também em outras áreas. Anula-se, do mesmo modo, a expressividade através da linguagem musical, pois se privilegia a música como um instrumento de controle, e não como uma forma de expressão, mesmo que não se tenha consciência disso (KEBACH, DUARTE E LEONINI, 2010, p. 66).

Fonterrada (2008) cita que o fato de a música ser abandonada no currículo escolar é um reflexo de como a sociedade concebe a Arte, apenas nas dimensões de lazer e da indústria de entretenimento. Para a autora:

O abandono da educação musical por parte das escolas e do governo foi acompanhado por profundas modificações na sociedade, que se abriu para o lazer e o entretenimento ofertados pelos meios de comunicação de massa, afastando-se a população escolar, cada vez mais, da prática da música como atividade pedagógica, aderindo, em vez disso, aos *hits* do momento e ao consumo da música da moda, do conjunto instrumental da moda, do cantor da moda (FONTERRADA, 2008, p. 12).

Em 2008, foi instituída a lei 11.769, tornando novamente a música obrigatória na educação básica, como um dos eixos do componente curricular de Arte, que colaborou para que as escolas se preocupassem novamente em desenvolver a educação musical, ampliando o olhar para a importância do desenvolvimento humano.

A lei vem enfrentando dificuldades para ser instituída na prática. Podemos destacar algumas: a falta ou pouca oportunidade de vivências musicais ao longo da vida escolar do professor; formação em educação musical aligeirada nos cursos de licenciatura - Pedagogia e Arte; a não formação pedagógica dos músicos e o fato da recente e pouca oferta dos cursos de licenciatura em música (FERNANDES, 2009). Para a autora, estes são fatores que contribuem e perpetuam o “silenciamento” da área, prejudicando a formação integral dos alunos. Outros fatores também interferem nesse percurso, como a falta de material,

ausência de espaços adequados e de previsão do tempo didático para realização das propostas.

Este não é o único impasse da educação musical, metodologias tradicionais de ensino ainda são muito presentes neste campo, baseadas apenas em práticas enfadonhas de memorização e repetição que desconsideram a participação dialógica do aluno (HENRIQUES, 2013). Nesta perspectiva, Freire (2003) comenta sobre a educação bancária tão presente na escolarização brasileira, na qual o conhecimento é apenas depositado no educando, tornando-o um mero espectador do processo de ensino-aprendizagem.

[...] quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender tanto mais se constrói e desenvolve o que venho chamando “curiosidade epistemológica” sem a qual não alcançamos o conhecimento cabal do objeto (FREIRE, 2003, p. 24).

Aqui se configura a importância de uma pedagogia ativa de aprendizagem e de formação continuada, como um caminho para superação de barreiras e uma exigência da atividade profissional no mundo atual. Neste aspecto:

A formação continuada é o prolongamento da formação inicial visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho, e ao desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla para além do exercício profissional (LIBÂNEO, 2001, p. 189).

Importante ressaltar que um dos fatores da melhoria da qualidade da educação está em disponibilizar bons programas de Formação Continuada que tenham como referência o conhecimento teórico e a prática docente indo além da oferta de cursos de treinamento e atualização, com o intuito de integrar-se no cotidiano escolar (BRASIL, 2005).

Para Saviani (2002), nesta perspectiva “[...] advoga-se uma pedagogia ativa, centrada na iniciativa dos alunos, no diálogo (relação dialógica), na troca de conhecimentos” (p. 68)

Essas abordagens surgiram no início do século XX e descartam a técnica e o aprendizado da música exclusivamente com instrumentos e teoria musical. Segundo

Fonterrada (2008) “[...] não havia preocupação específica em cuidar do desenvolvimento e do bem-estar da criança [...]” (p. 121).

Contudo, existem discussões e propostas sobre a contribuição da música para o desenvolvimento integral do ser humano. Nesta perspectiva, Brito (2003) em seu livro: *Música na educação infantil: proposta para a formação integral da criança*, defende a ideia de que se deve promover o indivíduo, acima de tudo, sem distinção entre os alunos, pois, todos têm direitos iguais.

[...] todos devem ter o direito de cantar, ainda que desafinado! Todos devem poder tocar um instrumento, ainda que não tenham, naturalmente, um senso rítmico fluente e equilibrado, pois as competências musicais desenvolvem-se com a prática regular e orientada, em contexto de respeito, valorização e estímulo a cada aluno, por meio de propostas que consideram todo o processo de trabalho, e não apenas o produto final (BRITO, 2003, p.53).

O trabalho de vários educadores musicais da chamada primeira e segunda gerações contribui na construção de concepções que existem hoje do que é educação musical, de como ensinar, qual repertório usar. Muitas pedagogias fazem parte da história e dos fundamentos dessa proposta. Conhecer a herança desse trabalho também é compreender melhor a área (ILARI & MATEIRO, 2011).

Para Orff (apud BONA, 2011), a construção do conhecimento pelo fazer musical coloca a criança em contato direto com a música. Conhecer pela vivência, por meio de um sentir de intensa carga física e emocional, cria bases sólidas para um pensar mais elaborado. No trabalho do educador se emprega o canto, os ritmos corporais, as rimas, a dança ou outra forma de produção sonora. Assim, ele acreditava que o objetivo da educação musical é:

Um tipo de prática musical e uma música produzida por leigos, como foi o caso de épocas anteriores, onde encontrávamos uma música animada sendo feita pelas pessoas comuns, e não somente por músicos profissionais (ORFF apud HASELBACH, 2011, p.96).

Dalcroze (apud MARIANI, 2011) desenvolveu uma pedagogia baseada no movimento. Um aprendizado por meio de uma escuta ativa que visa a musicalização do corpo. O compositor elabora sua pedagogia num momento de transformações sociais europeias, um novo século com pensamento coletivo e democratizador. Ele não se conformava com a maneira mecânica com que seus alunos aprendiam música, elaborando uma série de exercícios que fizessem com que o aprendizado passasse pela experiência corporal, abrindo portas para a criatividade e expressão. Seu grande objetivo era fazer o aluno experimentar e sentir para somente depois dizer “eu sei”.

Dalcroze (apud FONTERRADA, 2008) atribuiu aos órgãos educacionais, professores e artistas a missão de promover a educação musical em massa. Sua intenção era democratizar o ensino, ressaltando a importância da presença da música na escola, pois nenhum desenvolvimento pode ocorrer sem a colaboração da juventude.

Outro educador musical que exerce grande influência nas propostas atuais é Murray Schafer, iniciando sua formação musical no Canadá e a partir de 1974 optou por morar numa fazenda em Ontário. Viveu por dez anos nesse novo ambiente sofrendo influências de uma nova paisagem sonora. Isso deu base às suas ideias acerca da educação musical. Ele não se preocupa com conteúdos exclusivamente musicais, mas, para além disso, acredita em um aperfeiçoamento da escuta, incentiva a criatividade e a experimentação buscando um ambiente sonoro equilibrado e agradável, para tornar o mundo um lugar saudável e bom de se ouvir, caracterizando o trabalho em favor de uma ecologia acústica. Esse trabalho é adequado ao Brasil, pois não exige um profissional específico de música; professores polivalentes podem aplicar as propostas para todas as pessoas, independente de talento, faixa etária ou classe social (FONTERRADA, 2011).

Um documento importante e atual que fundamenta a educação musical no Brasil são as Diretrizes Nacionais para a Operacionalização do Ensino de Música na Educação Básica, aprovado em 04 de Dezembro de 2013, aliando suas concepções a propostas da pedagogia ativa. Um dos pontos fundamentais das Diretrizes é a valorização da construção do conhecimento de forma significativa.

[...] O ensino da música deve constituir-se em conteúdo curricular interdisciplinar que dialogue com outras áreas de conhecimento. Desse modo, o conhecimento e a vivência da música como expressão humana e cultural devem ser integrados sistematicamente às diferentes áreas do currículo (BRASIL, 2013, p.05)

A interdisciplinaridade é o artifício metodológico de constituição do conhecimento pelo sujeito que se apoia em sua relação com o contexto, com a realidade e com sua cultura (FREIRE, 1987). Já Pombo (2003) relata que o movimento interdisciplinar pode transformar a qualidade da educação escolar. Portanto, quanto mais interdisciplinar for o trabalho do educador, maior será a probabilidade de apreensão do mundo pelos aprendizes.

Tais reflexões, na perspectiva de uma metodologia ativa de ensino- aprendizagem, embasam o Projeto de Educação Musical aqui relatado, por permitir uma formação integral do aluno, aliando práticas corporais, exploração do ambiente sonoro, escuta ativa, jogos vocais e rítmicos, entre outros, de modo que o aluno possa expressar sua criatividade, favorecendo o desenvolvimento da autonomia.

## **METODOLOGIA:**

O presente trabalho se desenvolve na Rede Municipal de Ensino desde 2013, englobando os professores polivalentes e seus respectivos alunos do Ensino Fundamental I. Uma equipe de professores-orientadores foi constituída pela Secretaria Municipal de Educação para promover experiências musicais a professores, favorecendo sua ampliação de conhecimentos em Educação Musical por meio da formação continuada e em serviço. A equipe elaborou um plano de trabalho, procurando delinear formas de intervenção que pudessem fornecer subsídios para implementação do projeto, aproveitando potencialidades e práticas positivas da atuação docente, desenvolvidas na própria unidade escolar.

Tal plano de formação foi apresentado às escolas no início do ano, esclarecendo as formas de intervenção, estipulando objetivos e um currículo a ser trabalhado.

De acordo com as demandas, a equipe adaptava o trabalho de forma a atingir todas as unidades em suas especificidades. Cada professor-orientador ficava responsável por um grupo de escolas, e em cada uma realizava momentos de estudos e orientação em sala de

aula, assim como atividades de integração para despertar, tanto no aluno como no professor, o interesse pelas propostas musicais.

Também foi atribuída à equipe a realização das atividades nas escolas de período integral. Nessas, atuavam como professores de música, colocando em prática as atividades do projeto, encontrando aí, campo para experimentação de novas propostas.

Iniciando o percurso, a equipe realizou um diagnóstico do ambiente escolar, para perceber quais seriam as atividades significativas para a formação dos professores. Outro passo importante foi levantar os materiais disponíveis e providenciar a compra dos necessários, já que muitas escolas não tinham nenhum item para o trabalho.

Nesta época, alguns professores solicitavam a presença de especialistas em música e atribuíam como motivos para não executarem as propostas: não saberem tocar instrumentos, desconhecerem o conteúdo, falta de tempo na rotina de trabalho, falta de material e espaço físico para sua realização, elucidando uma visão tradicional e tecnicista do ensino de música.

Feito o diagnóstico, a equipe de orientadores apresentou as formas de intervenção e o planejamento anual, que serviu como embasamento para organizar as sequências de atividades sugeridas aos professores durante o ano, com intuito de ampliar seu repertório. A equipe realizava vivências periódicas durante a Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) das unidades. Como o tempo era curto para realizar as atividades de todas as séries, apenas as propostas mais complexas eram desenvolvidas, deixando as mais simples à iniciativa de cada professor. Em alguns momentos, quando possível, discutia-se o referencial teórico sobre o conteúdo a ser abordado.

Em 2014, as propostas musicais aconteciam integradas ao material didático adotado pela rede, estabelecendo relação interdisciplinar com os demais conteúdos. Isso foi bem recebido pelos professores, que passaram a perceber a proposta como algo que colaboraria na formação integral dos alunos.

No início deste mesmo ano, a partir da necessidade de reorganizar formações, estruturou-se as vivências, trimestralmente, para todos os professores separados por ano



escolar, utilizando salas de uma universidade da cidade, que dispunha de espaço suficiente para as atividades práticas.

O caráter básico da intervenção do grupo de orientadores é o trabalho com a pedagogia ativa de aprendizagem. Música acompanhada pela ludicidade, onde há a relação dialógica professor-aluno.

Nesse percurso, a equipe estruturou uma proposta diferenciada de trabalho, pensada para a realidade educativa do município, que vai ao encontro das Diretrizes Curriculares Nacionais para Operacionalização do Ensino da Música (2013):

- Organizar os conteúdos, conceitos e objetivos para estruturar adequadamente o projeto, construindo uma matriz curricular do Município.
- Elaborar sugestões de situações de aprendizagem: integrando as propostas do material didático adotado pela Secretaria Municipal de Educação, especificando o repertório mais adequado para cada faixa etária, explorando diversos materiais e habilidades da criança, de modo que ela experiencie o conteúdo previsto.
- Estabelecer parceria com a Equipe de Gestão Escolar em reuniões específicas para estudo, realizando discussões sobre as diretrizes do trabalho com a Educação Musical.
- Propiciar vivências musicais com professores, diretores e coordenadores, com o intuito de musicalizá-los e sensibilizá-los para a importância da música na escola.
- Proporcionar momentos que norteiem estudos da filosofia e linguagem musical, integradas ao projeto pedagógico de cada unidade.
- Visitar as escolas, orientando e intervindo durante as aulas de Educação Musical, de acordo com a solicitação do professor e/ou percepção dos orientadores, favorecendo a formação em serviço.
- Promover variedade de atividades musicais nos momentos de orientação em sala de aula, apresentando outras possibilidades de exploração dos materiais e dinâmicas diferenciadas.

- Solicitar aos professores que, ao final de cada vivência, avaliem a formação de forma anônima, com intenção de levantar aspectos positivos e aqueles que podem ser aprimorados.
- Realizar avaliações constantes durante todo o processo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

A estruturação de uma formação continuada com diferentes formas de intervenção, pensando nas necessidades reais do professor e da unidade escolar, favoreceu o desenvolvimento do projeto.

Por meio das avaliações realizadas junto aos professores, concluiu-se que os encontros e vivências são significativos para sua prática, facilitando o trabalho, oferecendo oportunidades para aprender e sanar suas dúvidas, superando a visão da música utilizada apenas como apoio didático ou organização de rotina. O professor passou a entender e assumir seu papel como responsável pela Educação Musical, embora necessite ser constantemente renovado no convencimento e no encantamento que esse trabalho suscita.

O retorno obtido com o trabalho realizado junto às escolas, no período de 2013/2014, foi considerado satisfatório e altamente motivador à equipe, pois se verificou uma sensibilização maior dos professores, em relação à importância da Educação Musical como uma linguagem poderosa para o desenvolvimento humano, expressivo e criativo. Os alunos também foram encantados com a retomada da música da infância e da cultura como forma de expressão, desenvolvendo a criatividade e o gosto do fazer musical.

Podemos destacar importantes conquistas: a matriz curricular foi reorganizada destinando, especificamente, uma aula semanal para contemplar o projeto de Educação Musical; as datas previstas no calendário anual da Secretaria Municipal de Educação para as formações dos professores, coordenadores e diretores foram ampliadas, beneficiando o desenvolvimento do projeto, uma vez que todos podem presenciar as atividades musicais pessoalmente.

Nas escolas, hoje, existem instrumentos musicais e não brinquedos frágeis que lembram instrumentos sem sonoridade. Ainda nos deparamos com a falta de espaços físicos

adequados ao desenvolvimento das aulas de Educação Musical em algumas unidades, assunto muito discutido e com possibilidade de solução visivelmente aparente.

Em 2015, a equipe passou a poder contar com a participação de professores-oficinas para desenvolver o Projeto de Educação Musical nas escolas de período integral, o que permitiu uma melhor organização na rotina de trabalho da equipe de professores-orientadores quanto a orientação dos docentes nas escolas de período parcial. Um melhor acompanhamento nas salas de aula permite equipar e adequar o planejamento de educação musical com o plano anual da Unidade Escolar de maneira interdisciplinar, resultando num trabalho mais significativo.

Em suma, podemos considerar um projeto, embora em andamento, de sucesso, com avaliações positivas e demandas atendidas.

## Referências

BONA, Melita. Um compositor em cena. In: ILARI, Beatriz; MATEIRO, Teresa. (Org). **Pedagogias em educação musical**. Curitiba: Ibpex, 2001. p. 125-146.

BRASIL. **Orientações Gerais**: rede nacional de formação continuada de professores de educação básica. Brasília/DF, 2005.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para operacionalização do ensino de Música na Educação Básica**. Brasília/DF, 2013.

BRITO, Teca A. **Música na Educação Infantil**: propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Peirópolis, 2003.

FERNANDES, Iveta M. B. Á. **Música na escola: desafios e perspectivas na formação contínua de educadores da rede pública**. 2009, 349p. Tese (Doutorado)- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FIGUEIREDO, Sérgio L. F. Educação Musical nos anos iniciais da escola: identidade e políticas educacionais. **Revista da Abem**, Porto Alegre, v.12, p.21-9, Mar. 2005.

FONTEERRADA, Marisa T. de O. **De tramas e fios – um ensaio sobre música e educação**. 2.ed. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: FUNARTE, 2008.

\_\_\_\_\_. O educador musical em um mundo em mudança. In: ILARI, Beatriz; MATEIRO, Teresa. (Org). **Pedagogias em educação musical**. Curitiba: Ibpex, 2001. p. 275-295.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**. 14ªed. São Paulo: Olho D'água, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HASELBACH, Barbara. (Org.). **Texts on theory and practice of Orff-Schulwerk**. Vol.1. Mainz: Schott, 2011.

HENRIQUES, Wasti S. C. **A educação musical em cursos de Pedagogia do estado de São Paulo**. São Paulo: editora Unesp, 2013. Disponível em: < [www.editoraunesp.com.br/catalogo/9788539304851,educacao-musical-em-cursos-depedagogia-do-estado-de-sao-paulo](http://www.editoraunesp.com.br/catalogo/9788539304851,educacao-musical-em-cursos-depedagogia-do-estado-de-sao-paulo)>. Acesso em 12 Novembro de 2013.

ILARI, Beatriz; MATEIRO, Teresa. (Org). **Pedagogias em educação musical**. Curitiba: Ibpex, 2001.

KEBACH, Patrícia; DUARTE, Rosangela; LEONINI, Márcio. Ampliação das concepções musicais nas recriações em grupo. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 24, p. 64-72, set. 2010.

Disponível em

<[http://abemeducacaomusical.com.br/revista\\_abem/ed24/revista24\\_artigo7.pdf](http://abemeducacaomusical.com.br/revista_abem/ed24/revista24_artigo7.pdf)>. Acesso em 02/10/2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: Teoria e prática. 4. Ed. Goiânia: Editora alternativa, 2001.

MARIANI, Silvana. A música e o movimento. In: ILARI, Beatriz. MATEIRO, Teresa. (Org). **Pedagogias em educação musical**. Curitiba: Ibpex, 2001. p. 27-46

POMBO, Olga. **Epistemologia da Interdisciplinaridade**. Revista Educação. X: 2008. P 9-40. Disponível em: <<http://erevista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141/3187>> Acesso em: 21 abr. 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas-SP: Autores Associados, 2002.